



I Congresso Nacional de Linguagens e Representações: *Linguagens e Leituras*  
III Encontro Nacional da Cátedra UNESCO de Leitura  
VII Encontro Local do PROLER  
UESC - ILHÉUS - BA/ 14 A 17 DE OUTUBRO 2009

## LUÍSA, POBRE LEITORA...

Sandra Sacramento (UESC)  
sandramsacra@uesc.br

**Resumo:** O presente texto tem por objetivo identificar em Luísa, personagem de *Primo Basílio*, de Eça de Queirós, características comuns à mulher burguesa do final do século XIX, traçadas à luz de um ideal de passividade, mas que responde, ao mesmo tempo, às estratégias de manutenção da ordem dominante masculina, ocupante da pólis. Nesta dimensão, o adultério é lido não como algo cadente ao ser frágil, mas à ausência de um projeto de emancipação, que passasse pelo ato de ler e que levasse em conta todos os cidadãos, o que não ocorreu, gerando, assim, Luísas, fortemente justificadas pelo que lhes era imposto.

**Palavras-chave:** Mulher burguesa. Leitura. Emancipação.

### Introdução

Vou apresentar, nesta mesa, algumas considerações, que comecei a levantar a partir do convite feito pela professora Glória de Fátima, do meu departamento e coordenadora do Proler/UESC, para participar de um ciclo de palestras promovido pelo último. Naquela ocasião, detive-me, ou melhor, detivemo-nos, meus alunos de IC e eu, em duas personagens, a Sofia, de *Quincas Borba*, de Machado de Assis, e a Madalena, de *São Bernardo*, de Graciliano Ramos, vinculando suas leituras a uma opção ideológica e ao papel desempenhado pela mulher burguesa do II Império e aquele optado pela mulher esclarecida do Nordeste agrário. Levando a última a pagar com a vida por ousar a pensar, refutando a norma determinada para o seu gênero, isto é, do recato, da docilidade e da obediência.

Hoje vou me deter em Luísa, de *O primo Basílio*, do português Eça de Queirós, a partir não da obra, em si, mas de uma carta enviada pelo autor ao amigo Teófilo Braga, da qual reproduzo um fragmento:

Em *O Primo Basílio* que apresenta, sobretudo, um pequeno quadro doméstico, extremamente familiar a quem conhece bem a burguesia de Lisboa: a senhora sentimental, mal-educada, nem espiritual (porque cristianismo já o não tem; sanção moral da justiça, não sabe o que é isso), arrasada de romance, lírica, sobreexcitada no temperamento pela ociosidade e pelo mesmo fim do casamento peninsular que é ordinariamente a luxúria, nervosa pela falta de

exercícios e disciplina moral, etc, etc,- enfim a burguesinha da baixa:  
(...). (1979, p. 318)

As colocações feitas por Eça incidem em uma crítica - como era comum na literatura da época- aos valores burgueses – com todo o seu arco de representações- e, de alguma forma, colocando nessas a justificativa para o adultério de sua personagem. E a leitura de romances encontra-se entre os males sociais.

Ao darmos crédito ao *slogan* feminista de que *o privado é público*, vamos perceber que as relações de gênero daquela sociedade eram estruturadas, ainda, em esferas bem definidas: a rua, para o homem; a casa, para a mulher. Essa dualidade respondeu aos interesses da manutenção do *status quo*, tanto na França, com a subida da classe burguesa ao poder, e, de forma mais acentuada, em Portugal, já na época, segunda metade do século XIX, em descompasso com uma Europa em pleno desenvolvimento. Tal paradoxo, entre o ideário do Liberalismo e a promoção dos direitos da mulher colocou-se de pronto, mesmo que o símbolo da Revolução tenha sido a Mariane, eternizada em suas vestes desnudas por Delacroix. E o que dizemos se confirma, no que vai abaixo, nas palavras de Badinter:

Sem dúvida as mulheres foram as ‘deixadas-por-conta’ da Revolução. No momento em que o ideal revolucionário colocava a igualdade formal abaixo das diferenças naturais, ao sexo resta o último critério de distinção. Os Judeus foram emancipados pelo decreto de 27 de setembro de 1791, a escravidão dos negros abolida (nas colônias francesas) em 4 de fevereiro de 1794, mas, apesar dos esforços de alguns, a condição das mulheres não foi modificada. Os direitos do Homem, direitos naturais ligados à pessoa humana não as reconhece. O Código Civil de Napoleão (1804) manteve a desigualdade dos sexos (...). Aos homens, os direitos; às mulheres, os deveres. O imperador interveio pessoalmente para restabelecer em sua plenitude a autoridade do marido, ligeiramente abalada no fim do século XVIII. Insistiu para que, no dia do casamento, a mulher reconhecesse claramente que devia obediência ao marido (BADINTER, 1986, pp. 212-14).

Confirmando, assim, previamente, a ocupação dos lugares, em que a pólis, da sociedade administrada, continuava sendo a seara do masculino, enquanto às mulheres ficava reservado, em uma espécie de não-lugar, o *foyer*, o emparedamento do restrito.

A ideologia burguesa intentou mantê-las confinadas no espaço doméstico, e essa domesticidade era desejada e mantida a todo custo. Positivistas e higienistas foram determinantes para conseguir alicerçar a concepção da mulher-mãe, guardiã dos lares, mãe extremosa, tudo o mais que se seguiu ideologicamente foi preservar o culto ao feminino e manter a mulher intocada dos efeitos nocivos da vida terrena, em um espaço próprio, no qual dominavam os sentimentos, a espiritualidade e a superioridade do coração sobre a razão, o que significava o cerne de sua existência (2007, p.111).

E Eça de Queirós, ainda na carta de 12 de março de 1878, aqui, em parte, reproduzida, aponta para a necessidade da extensão dos direitos universais à sociedade portuguesa como um todo.

A minha ambição seria pintar a sociedade portuguesa, tal qual a fez o Constitucionalismo desde 1830 – e mostrar-lhe como num espelho, que país eles formam – eles e *elas*. (...). É necessário acutillar o mundo oficial, o mundo sentimental, o mundo literário, o mundo agrícola, o mundo supersticioso – (...). ( QUEIRÓS,1979, p. 318). (grifo nosso)

Tal posição se confirma, entre as chamadas pós-feministas, como Judith Butler, em *Bodies that matter* (1993), ao defender:

Creio que temos a obrigação de falar dos humanos e do internacional e averiguar em particular como os direitos humanos trabalham e não-trabalham a favor das mulheres (1993, p.25).

Pois o projeto emancipatório, pregado pela ortodoxia cartesiana da modernidade, foi posto, em nome de todos; entretanto, não levou em conta o dissenso, isto é, a *igualdade na diferença*, em representações outras, da mulher, do negro, do periférico... E a leitura como fator de emancipação, passa por aí.

## 2- Mulheres leitoras, até que ponto?

A argumentação encaminhada até aqui leva-nos ao vínculo entre os direitos universais e o gênero imputado à mulher. Nelly Richard em *Intervenções críticas: arte, cultura, gênero e política*, tece considerações, da mesma forma que outras estudiosas do feminismo, como Simone de Beauvoir, acerca da origem social do gênero, quando o veem como um discurso posto sobre os dois sexos:

Os signos “homem” e “mulher” são construções discursivas que a linguagem da cultura projeta e inscreve na superfície anatômica dos corpos, disfarçando sua condição de signos (articulados e construídos) atrás de uma falsa aparência de verdades naturais, ahistóricas. Nada mais urgente, então, para a consciência feminista, do que contradizer a metafísica de uma identidade originária – fixa e permanente – que ata, deterministicamente, o signo “mulher” à armadilha naturalista das essências e das substâncias. E para realizar esta tarefa, a crítica feminista deve tomar prioritariamente em conta a *linguagem* e o *discurso*, porque estes são os meios através dos quais se organiza a ideologia cultural, que pretende converter o masculino e o feminino em signos de identidade fixos e invariáveis, através de uma formação discursiva que, deliberadamente, confunde *natureza* e *significação*, para nos fazer crer que “a biologia é o destino”. (RICHARD, 2002, p. 143)

Falar da leitura do romance, então, não pode distanciar-se do binômio público/privado, uma vez que o privado não se encontra destituído do *socius*, vivenciado pelo público. E a estratégia de silenciamento da mulher é estipulada dentro da lógica binária e excludente do - homem/mulher, alto/baixo, fora/dentro - e da impossibilidade dessa se colocar como agência, ao lhe ser negado o emponderamento.

Não podemos esquecer que o romance é filho da burguesia e teve no jornal, no folhetim, a mídia mais eficiente da época para que pudesse chegar às mãos,

principalmente, das poucas leitoras, seja pelo analfabetismo corrente, seja pela restrição de consumo às classes mais favorecidas. E Luísa se enquadra nesse perfil:

Tornou-se a espreguiçar-se. E saltando na ponta do pé descalço, foi buscar ao aparador por detrás duma compota um livro um pouco enxovalhado, veio estender-se na *voltaire*, quase deitada, e, com o gesto acariciador e amoroso dos dedos sobre a orelha, começou a ler, toda interessada.

Era a *Dama das Camélias*. Lia muitos romances; tinha assinatura, na Baixa, ao mês. Em solteira, aos dezoito anos, entusiasmara-se por Walter Scott e pela Escócia; desejara então viver num daqueles castelos, que têm sobre as ogivas os brasões do clã; (...); e amara Ervandalo, Morton e Ivanhoé. (...). Mas agora era o moderno que a cativava, Paris, as suas mobílias, as suas sentimentalidades. (1979, pp.11-12).

E não é absurdo pensar que Napoleão depositava no romance a possibilidade de ter os pés no chão; assim, essa narrativa foi considerada como a “revolução literária do Terceiro Estado”, durante a Restauração, iniciada em 1840 e esteve, entre as mais publicadas. Foram publicados na França, durante o império napoleônico, anualmente, cerca de quatro mil romances, representando uma dinâmica cultural antes nunca vista no país. Mas de que forma essa narrativa pode ser considerada como uma produção cultural atrelada ao Terceiro Estado, isto é, ao Povo. Uma vez que o *sistema de recepção*, para usar as palavras de Antônio Cândido, de *A Formação da Literatura Brasileira* (1976), restringia-se a uma parcela ínfima e privilegiada da sociedade a consumir o impresso, ainda que se imprimisse muito, como foi dito antes.

Logo, o fato de as mulheres lerem romances constituía fator de endosso da sociedade, como símbolo de distinção para o próprio homem, que a mantinha, como ocorria com o Palha de *Quincas Borba*, obra há pouco citada; por outro, acenava com a libertação dessa mulher pelo que pregava o Estado republicano de que todos eram iguais perante a Lei, com o início da escola laica, em detrimento da confessional. Jane Soares de Almeida, em *Ler as Letras: Por que educar meninas e mulheres?* ainda que a citação que reproduzimos, a seguir, centre-se na realidade encontrada nos Estados Unidos, no século XIX, essa pode ser estendida à Europa e, de certa forma, ao Brasil, para quem:

[A] mulher não deveria se inserir na vida pública, nem se corromper na política, já que dela não se esperava que administrasse a sociedade e fizesse suas leis, mas deveria ser aquela que formaria caracteres e manteria a moral do lar (...). (2007, p.157).

Então, Luísa responde aos valores, aos quais é chamada, pois sendo excluída da vida, se evade, via romance, ora para um passado longínquo, *Em solteira, aos dezoito anos, entusiasmara-se por Scott e pela Escócia; desejara então viver num daqueles castelos, que têm sobre as ogivas os brasões do clã; (...); e amara Ervandalo, Morton e Ivanhoé. (...)*. ora para um espaço também longínquo: *Mas agora era o moderno que a cativava, Paris, as suas mobílias, as suas sentimentalidades Paris, ainda que seja vista pelo narrador como atraída pelo moderno*. Pois, nem no passado evocado, nem no presente, leia-se, final do século XIX, a mulher foi incluída nas *metanarrativas* emancipatórias como um ser de demandas. Por isso, o langor, a indolência, de Luísa e de suas contemporâneas de classe social. Tal atitude da lisboeta tem sua justificativa em Virgínea Wolff, de *Um teto todo seu*.

Se pensarmos que o feminismo fincou pé, em sua pauta de reivindicações, na esteira de 1968, com o movimento estudantil na França, a partir da proposta desconstrucionista da metafísica ocidental, muito ainda tem de caminhar no esforço de não absolutizar a mulher, aliás, erro cometido da primeira onda. Em termos de países centrais, talvez os ganhos na busca pela desierarquização entre os gêneros tenha avançado mais, na medida em que, está provado, os índices sociais aumentam, por conta de uma sociedade administrada, a tendência é ocorrer menos disparidade nas relações interpessoais. Em países como o Brasil, em vias de desenvolvimento, apesar de todos os esforços do feminismo, as políticas públicas ainda têm muito o que caminhar. Tais colocações se sustentam no *slogan* conhecido o *privado é público*, isto é, os papéis desempenhados na esfera privada ancoram-se em normas oriundas daquilo que foi determinado no público. E não é sem razão o que fala Eça de Queirós, ainda na carta, aqui referida. *A minha ambição seria pintar a sociedade portuguesa, tal qual a fez o Constitucionalismo desde 1830 – e mostrar-lhe como num espelho, que país eles formam – eles e elas.* (...).

Inspirando-me em Virgínia Woolf, sou levada a parodiar a autora de *Um teto todo seu* (1985) quando ela afirma que, para a mulher escritora se firmar, era necessário ter seu próprio sustento e um lugar só seu para habitar. Fazendo uma aproximação com Luísa, da obra querosiana, ainda que só leitora, essa, de fato, não possuía uma vida autônoma. Vivia a expensas do marido, como viveu antes com a manutenção paterna. O que esperar desta mulher, se não lhe foi atribuído nenhum direito civil, em que pudesse usufruir de seu emponderamento? Porque não lhe foi concedido o poder, vindo esse pela cidadania, não estava apta a ser sujeito empreendedor de sua própria historicidade, sendo representada a partir do outro.

Vemos que Woolf defende a idéia de que as mulheres não foram incluídas nas metanarrativas. Essas, quando citadas, incorporam a androgenia comum ao discurso, de que para ser, necessitava amparar-se em um homem. Por isso, a inglesa desloca a *verdadeira natureza da mulher* para a *condição feminina* e Eduardo de Assis Duarte, em *Feminismo e desconstrução: anotações para um possível percurso* (2002), endossa essa visão, quando afirma:

O essencialismo responsável pelo confinamento da mulher à esfera doméstica vê-se questionado em seus fundamentos. (...). Logo, o imperativo de se ter um teto todo seu vincula-se não apenas ao aprimoramento de uma vocação artística. Mais que isto, diz respeito à própria afirmação da mulher como sujeito de sua história (2002, p.23).

Por isso, Eduardo de Assis Duarte remete a Toril Moi (1988) a afirmação de que Woolf foi desconstrutivista *avant la lettre*, quando esta se propõe a combater o essencialismo posto sobre a mulher. Ainda na conferência-ensaio, que deu origem a *Um teto todo seu*, indaga-se se, em vez de Shakespeare, fosse uma irmã sua a autora de suas obras. Com certeza, não teria a projeção do responsável por *Romeu e Julieta*, pois não era previsível para a Inglaterra de então a ocupação de escritora; levando a inglesa ao questionamento da tradição ocidental, tal como fez Derrida, entre outros pós-estruturalistas:

Por que não poderiam elas acrescentar um *suplemento* à história, dando-lhe, é claro, algum nome não conspícuo, de modo que as mulheres pudessem ali figurar sem impropriedade? Pois

frequentemente as percebemos de relance na vida dos grandes homens, despachadas logo para segundo plano (1985, p.60).

Derrida desacredita de qualquer significado fixo e estável – o que chama de *significado transcendental* (gramatologia). A gramatologia *desconstrói* o pensamento metafísico, fundamentado em princípios inquestionáveis que legitimam uma hierarquia de significações. A *différance* derridariana evidencia a impossibilidade de adequar a representação do real à existência. Dito de outra forma: A ideologia radica-se, sim, no imaginário (= lugar onde se formam as imagens, ou representação de algo), entretanto, Althusser, em *Pour Marx* (1975), refutando o continuísmo do historicismo da dupla infra e superestrutura, destaca que nos sistemas de representação, não ocorre uma *correspondência necessária*. Em síntese, a ideologia constitui uma representação discursiva, porém essa não encerra, em si, a experiência ou a prática social de todos os seres humanos, ainda que seja através dos sistemas de representação que nós *experimentamos o mundo* (HALL, 2003, p.182).

### **Considerações Finais:**

Para terminar, diríamos que ainda hoje há muitas Luíças, que como a *Luíça, pobre leitora...* de Eça de Queirós, continuam limitadas ao *emparedamento*, quando carecem do *emponderamento*, visto não terem alcançado *um teto todo seu*. Tal expressão não se encontra distante do *slogan* das feministas, quando defenderam que o *privado é público*, na medida em que as relações de gênero equânimes devem acontecer no espaço público, em que o estado de direito seja preservado, democraticamente, para que o mesmo aconteça, de fato, na esfera do privado, ou vise-versa, como queiram... Obrigada!

### **Referências**

- ALMEIDA, J. S. de. **Ler as letras: por que educar meninas e mulheres?** São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo; Campinas: Autores Associados, 2007.
- BADINTER, E. **L' um est l'autre – Des relations entre hommes et femmes**. Paris: Odile Jacob, 1986.
- BUTLER, J. **Bodies that matter**. New York: Routledge, 1993.1993.
- CANDIDO, A. **Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1975.
- DUARTE, E. D. **Feminismo e desconstrução: anotações para um possível percurso**. In: Constância Lima Duarte *et alii* (Org.). *Gênero e representação: teoria, história e crítica*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- HALL, S. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. SOVIK, Liv (Org.). Trad. de RESENDE, Adelaine La Guardia *et al.* Belo Horizonte: UFMG; Brasília: UNESCO, 2003.
- QUEIRÓS, Eça. **O Primo Basílio**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- RICHARD, Nelly. **Intervenções críticas: arte, cultura, gênero e política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.